

O que Hannah Arendt e Giorgio Agamben diriam de Bacurau?  
Reflexões sobre política e violência

*What do Hannah Arendt and Giorgio Agamben tell about film Bacurau?*  
*Reflections about politics and violence*

Muriel Emídio Pessoa do AMARAL<sup>1</sup>

### Resumo

A proposta desse texto é de analisar o filme Bacurau, de Kleber Mendonça Filho e Júlio Dornelles, pela ótica de Giorgio Agamben e Hannah Arendt. A partir dos conceitos de política e poder apresentados por Arendt e do conceito de *homo sacer*, desenvolvido por Agamben, o artigo pretende reconhecer que alguns momentos veiculados no filme perpassam aspectos políticos em nome da liberdade, mas aponta também que algumas vidas podem ser descartadas.

**Palavras-chave:** Violência. Política. *Homo sacer*. Bacurau.

### Abstract

The purpose of this text is to analyse the film Bacurau, by Kleber Mendonça Filho and Júlio Dornelles, from the perspective of Giorgio Agamben and Hannah Arendt. From the concepts of politics and power presented by Arendt and the concept of *homo sacer*, developed by Agamben, the article intends to recognize that some moments of death conveyed in the film permeate political aspects in the name of freedom, but, it also points out that some lives can be discarded.

**Keyword:** Violence. Politics. *Homo sacer*. Bacurau.

### Introdução

Este texto faz parte de uma pesquisa maior que analisa as representações de *homo sacer* e formas de violência e política dentro dos discursos midiáticos (jornalismo, cinema e fotografia). Desse modo, a proposta deste artigo é de reconhecer e analisar o filme Bacurau em interface às ideias apresentadas por Hannah Arendt (2016, 2006) sobre política e violência em união às ideias de Giorgio Agamben (2010, 2014) acerca do

---

<sup>1</sup> Pós-doutorando em Jornalismo pela Universidade Estadual de Jornalismo (UEPG). Professor colaborador do Departamento de Jornalismo da UEPG/PR. E-mail: [murielamaral@yahoo.com.br](mailto:murielamaral@yahoo.com.br)

entendimento de *homo sacer* e os conceitos de vida nua e estado de exceção. O filme dirigido por Kleber Mendonça Filho e Júlio Dorneles mescla poéticas de produções cinematográficas da ficção científica, além de referências de faroeste, com traços do Cinema Novo, promovido por Glauber Rocha, em cenas que evidenciam o Brasil profundo em rincões recônditos do interior do país. De acordo com um dos diretores (MENDONÇA FILHO, 2019), o filme terminou de ser gravado em maio de 2018, ou seja, praticamente um ano antes da estreia, mas é importante frisar que o filme foi concebido alguns anos antes do início da execução e a trama da produção traz assuntos pertinentes e atuais do cenário político brasileiro. Bacurau trouxe reflexões sobre aspectos políticos e de violência quanto à condição de pobreza dos moradores da comunidade, bem como as adversidades vividas e o descaso dos governantes.

A trama da produção acontece em torno da comunidade fictícia de Bacurau, localizada no interior do nordeste brasileiro, um local longe de outras cidades cercado pela pobreza e dificuldades de acesso a bens materiais e serviços como os de saúde, por exemplo. A personagem Teresa retorna a Bacurau para prestar suas últimas homenagens à avó, dona Carmelita, de 94 anos, que faleceu. Mesmo havendo pesar nos momentos do velório, observa-se a circulação de afetos e acolhimento entre os moradores e os familiares da idosa morta. A partir desse acontecimento, a estória se desenvolve sobre as adversidades que os moradores de Bacurau enfrentam pelo descaso de autoridades públicas pela debilidade e pela assistência às demandas sociais. Em uma das visitas do prefeito, este trouxe alimentos e medicamentos aos moradores, todavia, com o prazo de validade vencido. Além disso, sem o menor critério de seleção ou organização, o mesmo ordenou o despejo de uma caçamba de um caminhão repleta de livros na porta da biblioteca como forma de doação.

Em outra passagem, dois forasteiros de moto são avistados em direção a Bacurau. Vindos do Rio de Janeiro, faziam trilhas pela região. Todavia, couberam a eles a missão de vigiar a comunidade, sendo que a incumbência, na verdade, integrava uma ação maior que visava à destruição da população do local, promovida por um grupo de exterminadores estrangeiros. A trama central do filme é composta pelas tentativas de aniquilar por completo a população da comunidade de Bacurau e o modo como a população se organizou para conter a carnificina.

Mesmo havendo o movimento de destruição, ocorreu também o movimento de união entre os moradores para enfrentar o grupo de estrangeiros que mantinha acordos obscuros com as autoridades locais para promover o extermínio da comunidade. A partir

das tramas apresentadas, o texto se debruça em apresentar a relação entre elas e as ideias dos autores citados como ação política, apresentada por Hannah Arendt, e *homo sacer* e a vida nua, desenhada por Giorgio Agamben para analisar o filme.

### Quadro teórico-metodológico

Conforme apresentado por um dos diretores do filme, Kleber Mendonça Filho, em entrevista à revista *Le Diplomatie*<sup>2</sup>, Bacurau seria político porque trouxe reflexões sobre a organização em concerto, ou seja, a união entre os cidadãos, a partir da capacidade de caminharem juntos, a despeito das diferenças, para cessar a violência a que eram submetidos renitentemente. A partir da consideração do diretor, o texto explora os conceitos de política e violência, bem como o conceito de *homo sacer*.

De acordo com Arendt (2016, 2006), a política é denominada como as práticas que envolvem o desenvolvimento do espaço público. Assim, a autora traz à tona as referências aristotélicas para compreender que a ação política é promovida pelo fomento da liberdade, visibilidade e comunicação entre homens livres dentro do espaço público. Amparada em Aristóteles, Arendt (2016) afirmou que a pólis, o espaço público, onde se pratica a política, é a forma mais elevada do convívio humano. O entendimento de liberdade no espaço público desenvolvido pela autora deu base também a outros estudos dela como o entendimento de felicidade (ARENDR, 2018), ou seja, para ela, a felicidade está atrelada à ocupação do espaço público e associada à ação política.

Arendt não interpreta que o espaço público seja sinônimo de espaço político, entretanto, a qualidade de promover a ação política está intimamente ligada com a condição de liberdade e visibilidade dos sujeitos que se encontram no espaço público. O entendimento da autora de política começou a ser traçado a partir de reflexões sobre a ocorrência de regimes totalitários e autoritários da Europa na primeira metade do século XX; Arendt sofreu na pele as adversidades do totalitarismo quando fora privada de liberdade ao ser detida em campo de concentração. Por esse modo a autora compreende que a política contempla aspectos de visibilidade e comunicação, ou seja, “a liberdade de externar opinião, o direito de ouvir opiniões de outros e também de ser ouvido, que para

---

<sup>2</sup>De acordo com Mendonça Filho (2019) “Bacurau é um filme em que pessoas são desrespeitadas com violência, mas reagem dentro de uma ideia humana de reação, isto é, de se proteger para valorizar a própria vida. Tudo isso faz que Bacurau suscite uma discussão política em torno dele.” Mesmo concordando com o diretor que há a medida de preservação da vida, existe também a intenção da preservação do espaço público em nome da ação política.

nós constitui também parte indispensável da liberdade política (ARENDT, 2018, p. 57), por esse caminho, a comunicação e o diálogo devem ser contemplados no espaço público para o fomento da política.

Paralelamente ao entendimento de liberdade, visibilidade e comunicação no espaço público, Arendt também acredita que a política é realizada *entre-homens*, isto é, no diálogo e na convivência entre sujeitos, a despeito de haver diferença de posicionamentos para a organização da *pólis*. Por esse motivo, para a autora, o espaço político é contemplado pela pluralidade e diversidade discursiva e de ações. Destarte, deverá haver a presença de vários pontos de vista que possam colaborar com o espaço público e a intenção de promover a visibilidade dos sujeitos dentro da política.

A pluralidade é condição fundamental para o fomento da ação e do espaço público e a intenção de aniquilá-la torna-se um gesto de violência e enfraquecimento do senso comum. Para Arendt (2016) o conceito de senso comum não diz respeito às concepções de ideias previamente estabelecidas, cujo sentido encontra-se em consonância com aspectos estereotipados ou estigmatizados; para ela, o senso comum é o sentido que se aplica na promoção da ação política em concerto comum dentro do espaço público e nada tem a ver com a reprodução de valores superficiais ou estereotipados. As sociedades que se articulam pelo senso comum compõem estruturas mais consistentes para a ação política e dificultam a atuação de movimentos extremistas como os ocorridos na Europa nazifascista. A intenção de articular a ação política cabe a cada um dos sujeitos livres que se encontram no espaço público em movimentos que contemplem e prezem pelo senso comum.

Paralelamente a esse entendimento de política, Arendt (2016) oferece outra perspectiva sobre o conceito de poder. Para ela, o poder não está relacionado à capacidade de promover a influência ou a potência pela força que pode gerar violência; o poder é político e, assim sendo, não pode estar distante da orquestração de ações que prezam pelo senso comum, bem como não pode estar distante dos entendimentos de política elencados por Arendt. Por ser político, o poder também não está relacionado com a capacidade de promover a violência. Para a autora, violência e poder são valores que se encontram paradoxalmente distantes. O emprego da violência apenas pode ser justificado no espaço público e político para conter manifestações mais dramáticas às que se encontram em circulação, todavia, a proposta de movimentos violentos deverá acompanhar ações políticas. Por esse modo que as revoluções, quando arquitetadas sob o aspecto político,

podem promover a liberdade e a visibilidade de sujeitos e grupos, mesmo que promovam mortes e restrições de liberdade.

Dentro do espectro traçado por Arendt, os horrores da guerra, o holocausto e a formação dos campos de concentração são consideradas medidas de violência propostas pelos governantes e jamais poderiam ser compreendidos como ação política, já que prezaram pelo extermínio e aniquilação de vidas que, aos olhos fascistas, não teriam valor social ou político.

Pelo trecho apresentado acima, é possível reconhecer que dentro das representações apresentadas sobre os moradores de Bacurau, aos olhos dos governantes e do grupo de estrangeiros, aquelas vidas que poderiam ser eliminadas sem quaisquer ônus ou responsabilidade pelo feito realizado. Além disso, não houve a proposta de diálogo para promover o espaço público. Como exemplo dessa condição, ainda no começo da trama, quando os forasteiros citados chegam à comunidade, um deles pergunta à atendente do mercadinho: “Quem nasce em Bacurau é o quê?” (BACURAU, 2019). Uma criança interrompe a conversa e responde: “É gente” (BACURAU, 2019). Todavia, pelos sucessivos descasos advindos do poder público, como a ausência de assistência à saúde e à educação aos moradores do local e a intenção de extermínio por parte do grupo de estrangeiro, em um primeiro momento, a condição de ser *gente* para quem nasce em Bacurau fica nebulosa, uma vez que os destratos desqualificam os moradores da condição humana. Todavia, como será apresentado no decorrer do texto, além de *gente*, os moradores são sujeitos políticos.

A intenção de promover o aniquilamento da população do local não integra movimentos políticos amparados no entendimento de política desenvolvido por Arendt. As medidas adotadas aos moradores de Bacurau não ultrapassam as manifestações da violência instrumentalizada e sistematizada de extermínio e a existência daquelas vidas foram compreendidas como desprovidas de serventia para o desenvolvimento do espaço público e, por isso, podem ser eliminadas.

A vida que carece de valor político, no entendimento de Agamben (2010), compõe o desenho de uma vida nua, a vida do *homo sacer*. Para desenvolver o sentido de *homo sacer*, Agamben traz à discussão o diálogo com Hannah Arendt e Michel Foucault para explicar que a existência do *homo sacer* é restringida de reconhecimento político, conforme apresentado por Arendt, e fruto da intervenção da biopolítica, segundo Michel Foucault (1987). O conceito de *homo sacer* se aplica no reconhecimento da vida que, mesmo sendo sagrada, pode ser eliminada sem que isso cause dolo ou qualquer tipo de

responsabilidade a quem praticou o ato. Por essa medida que as vidas de Bacurau podem ser eliminadas sem que o extermínio possa causar quaisquer tipos de danos, responsabilidade ou dolo a quem o cometeu.

O conceito de biopolítica desenvolvido por Foucault refere-se a estratégias de controle promovidas para vigiar não mais indivíduos, mas conjuntos de indivíduos e populações a fim de controlar a vida, selecionar, esquadrihar e investigar os aspectos que permeiam a existência humana. Pela aplicação da biopolítica, houve a criação de categorias e a distinção entre sujeitos saudáveis ou doentes, honestos ou criminosos, além de outras polarizações e dicotomias que afetaram e constituíram subjetivações e afetos, além de impor um sistema de regras e normatizações sociais para categorização de sujeitos e grupos.

Foucault (1987) pensou que as estratégias de punições, controles e disciplinas dentro das sociedades modernas não se encontrariam mais como em momentos anteriores à modernidade, que contemplavam condenações em exposições públicas. Por outro lado, a vigilância ao corpo e aos modos de vida pode acontecer de forma silenciosa, constante e muitas vezes camuflada. Se por um lado, haveria a intenção de governos de controlar a vida pela própria existência da vida, isso não quer dizer necessariamente apenas uma condição filantrópica ou assistencial, mas uma tecnologia para produzir sujeitos rentáveis ao sistema de produção capitalista.

Assim, mesmo havendo a ortopedia social para que houvesse intervenção tecnológica e a produção de sujeitos que atenderiam ao capital, a eliminação desses sujeitos não causaria danos ao espaço social. Até mesmo as estratégias de controle e disciplina também podem ser entendidas como manifestações para contemplar as manifestações de *homo sacer*, uma vez que estabelecem estratégias para compreender quais vidas podem ser descartadas ou preservadas. Com essa proposta, haveria também a promoção de corpos dóceis, domesticados segundo a ordem soberana e, conseqüentemente, a formação de presídios, hospitais e clínicas que, se não promovessem a ortopedia social, serviriam como depósitos humanos de sujeitos sem valor político; demonstrações da vida nua.

Agamben (2010) resgata os primórdios do direito romano arcaico para aplicação do *homo sacer*. Apresentado por Festo, procurador na época de Nero, o conceito de *homo sacer* compreende que a vida, a despeito de ser sagrada, a morte não causaria ônus quando ocorrer. De acordo com o autor, “homem sacro é aquele que o povo julgou por um delito; e não é lícito sacrificá-lo, mas quem o mata não será condenado por homicídio”

(AGAMBEN, 2010, p.186). A decisão da morte provém do desejo do soberano, ou seja, a figura que acompanha e julga o destino de morte ou vida entre a população. Conforme apontado por Barsalini e Carvalho (2017, p. 16), o soberano é “(...) aquele que detinha maior força e, por isso, se impunha”.

No entendimento de Agamben, a vida do *homo sacer* é a vida nua, a vida que é desprovida de valor político e social, ou seja, a vida que pode ser aniquilada. E a ocorrência da vida nua é fundamental para a manifestação do desejo do soberano. Conforme apresentado por Correia (2014, p. 112), “(...) a constituição da vida nua, a vida despida de todo atributo e de toda caracterização, como o fundamento oculto da soberania, se tornar paradoxalmente a forma de vida, na medida em que se isolada no direito”. O desejo do soberano nem sempre se encontra de modo explícito, mas emaranhado nas práticas e culturas cristalizadas no meio social.

A figura do soberano, na atualidade, de acordo com Agamben (2010), não se configura mais nos mesmos referenciais que na antiguidade ou no medievo; nestes momentos da história, havia a ordem soberana de “fazer morrer ou deixar viver”, ou seja, a escolha do soberano optava pelo destino de sujeitos entre a vida e a morte. Destarte, por exemplo, a morte em suplício se fazia importante nas condenações heréticas na era medieval. Na modernidade, com o advento do modo de produção do capitalismo e a mudança das estratégias de controle, não caberiam mais o exercício de “fazer morrer”, pois o pensamento se altera e entra em cena a proposta de “fazer viver e deixar morrer”, por isso que a biopolítica apresentada por Foucault é compreendida como a vida nua.

A mudança de proposta, reconhecida por Agamben como uma manifestação da biopolítica foucaultiana, acontece na intenção de promover tecnologias para controle e vigilância da vida e com o intuito de fomentar sujeitos e mentes a par os signos do capitalismo, entretanto, permanece o descaso em episódios em que a vida dos sujeitos e grupos afetados pelo desejo soberano perdem valor político. Pela mudança da perspectiva de pensamento, a figura do soberano não se concentra exatamente ou exclusivamente na representação de um governante, mas pode estar pulverizada, incluindo outros grupos sociais como, por exemplo, médicos, psicólogos, pedagogos que, pelo conhecimento, exercem o controle da vida e de subjetividades, como acontece em Bacurau.

## Bacurau como expoente de vidas nuas

A ideia de apresentar que as vidas da comunidade de Bacurau são vidas nuas vai ao encontro das reflexões apresentadas porque são existências que podem ser descartadas do ponto de vista dos discursos dos soberanos. É importante pontuar que o soberano apresentado em Bacurau não é apenas o prefeito que preza pela destruição da população, mas também o grupo de estrangeiros que promovem ações de xenofobia, ódio e horror à comunidade, até mesmo o casal que executou alguns dos moradores de Bacurau em demonstrações de xenofobia.

A intenção de exterminar os moradores perpassa exclusivamente o desejo de morte, o cumprimento de um desejo que nasce a partir de uma fantasia construída. Em paralelo com as ideias desenvolvidas por Arendt (2016, 2009) sobre a ascensão do nazismo, o filme também traz formas semelhantes de construção de horror e extermínio. O grupo de estrangeiros teve a missão de aniquilar a comunidade, todavia, nenhuma proposta de violência provocada pelo grupo perpassou a condição política e a promoção de horror e morte foi executada pelo desejo de extermínio. As mortes dos moradores da comunidade eram realizadas de modo aleatório: homens, mulheres e até uma criança foram executados. As mortes eram arquitetadas, realizadas e, em algumas vezes, comemoradas, pelo simples prazer de exterminar daquelas pessoas.

Os movimentos de morte e destruição dentro do aspecto da funcionalidade da lei deveriam ser compreendidos como momentos de exceção, ou seja, situações vividas em que a morte e o empreendimento da violência são inevitáveis, bem como a privação de liberdade. Todavia, a cultura de destruição faz com que os movimentos de destruição passem a ser compreendidos não enquanto manifestações de exceção, mas como modos permanentes, ou seja, são manifestações de exceção permanente. Agamben (2004, p. 58), baseado em Walter Benjamin, aponta que “a norma é suspensa ou completamente anulada; mas o que está em questão nessa suspensão é, mais uma vez, a criação de uma situação que torne possível a aplicação da norma”.

A exceção passa a ser contemplada como código moral perpetuando-se no espaço público. Distribuir remédio e alimentos vencidos aos moradores é o retrato do descaso que se articula na intenção de promover a morte daqueles que não são quistos aos desejos do soberano. Para Agamben (2004), esse pensamento foi o que fortaleceu a legitimação do extermínio de grupos como judeus, negros, homossexuais, deficientes físicos e outros

grupos na Europa da primeira metade do século XX no holocausto. Por esse caminho que os moradores de Bacurau também vivem em estado permanente de exceção, uma vez que as condições adversas não fariam parte de momentos episódicos de miséria ou vulnerabilidade, mas de uma situação contínua e renitente de destruição da vida a ponto de tornar-se uma prática moral, e “o que está em jogo é uma força de lei sem lei” (AGAMBEN, 2004, p. 61), isto é, comportamentos e atitudes de destruição são naturalizados e tornam-se pauta de atuação de regimes governamentais.

Ainda na esteira do pensamento de Agamben (2004), aos olhos do soberano, os integrantes que compõem os grupos exterminados seriam considerados *bandidos*. Essa forma de entendimento sobre esses sujeitos não tem exatamente o sentido de serem criminosos, mas integrantes de *bandos*, ou seja, pelos soberanos, os *bandidos* são sujeitos cujas vidas não têm valor político ou representatividade pública ou reconhecimento social. Os moradores de Bacurau podem ser considerados como *bandidos*, uma vez que suas vidas são anuladas de estimas públicas, já que as suas existências não são interessantes quando analisadas sob o prisma do desejo do soberano. As vidas em Bacurau podem ser consideradas como vidas nuas e, sendo assim, a existência delas, como aponta Ruiz (2016, p. 57), “expulsa da ordem pela exceção da soberana está condenada ao banimento. Ela é uma vida banida e, como consequência, uma vida bandida”, logo, sendo bandida, não há a devoção para que permaneça viva.

Os aspectos da violência são perpassados em vários momentos do filme, seja de modo institucional pelo comportamento do prefeito com a população local, seja pelas mortes que ocorrem ao longo da trama. A violência, conforme aponta Arendt (2009), é o sintoma de alguma deficiência de diálogo entre as partes envolvidas, além de promover isolamento social e dificultar a concretização da ação política, do diálogo e do poder. É importante salutar que o entendimento de Arendt (2016) sobre poder não tangencia aspectos de violência ou influência. Para ela, o poder é a capacidade de união pela ordem política, ou seja, a combinação de agir em concerto no espaço público, a despeito de haver diferenças.

Quanto às mortes, o filme é marcado pela ocorrência, primeiramente, da morte de pessoas da comunidade e depois do grupo de estrangeiros, que foi morto pelos próprios moradores de Bacurau. Todavia, esta pesquisa compreende que apenas as primeiras manifestações de morte podem ser reconhecidas como sintomas de violência, a despeito de reconhecer que a morte dos estrangeiros pode gerar movimentos de violência quando não concebida como ação política. A morte dos integrantes da comunidade não tem

fundamento político, apenas se baseia na intenção de promover o extermínio e a eliminação daqueles que são alvos do desejo de morte do soberano.

Conforme apontado por Arendt (2009), a violência pode ser justificada quando é proposta em preceitos políticos, ou seja, ações que são realizadas pela intenção de desenvolver o espaço público de discussão baseado em aspectos de liberdade, visibilidade e comunicação. Conforme apresentado por Duarte (2016), amparado por Arendt, a teoria da guerra ou da revolução pode ser justificada quando sua constituição apresenta intenções políticas. Por isso, segundo a autora, as revoluções quando deflagradas, mesmo que violentas e sanguinárias, podem trazer benefícios ao espaço público se orquestradas pelo viés da condição política.

O modo como foi proposta a revolução no filme se articulou em aspectos políticos, mesmo promovendo a morte do grupo de estrangeiros. As cenas de sangue e morte precederam o episódio em que a população recebeu do prefeito um carregamento de medicamentos e alimentos fora do prazo de validade e centenas de livros que foram despejadas na porta da biblioteca. Primeiramente, a intenção da população de unir-se foi de terminar o ciclo de vidas nuas e as humilhações a que era submetida e reivindicar o próprio reconhecimento no espaço público. Por isso, a população solicita a ajuda do personagem Lunga, um sujeito não binário<sup>3</sup>, que mescla a identidade de cangaceiro e justiceiro e que vive à parte do espaço público. Junto ao grupo de Lunga, a população liderou a ação contra a violência sistemática a que era submetida e que terminou na dizimação de todos os estrangeiros do grupo e no desaparecimento do prefeito. Em conjunto, visando o reconhecimento público, a população e o grupo do personagem Lunga conseguiram pelo poder promover aspectos políticos; conforme apontou Arendt (2009, p. 42) “A forma extrema de poder é todos contra um; a forma extrema da violência é um contra todos”.

Em compasso com a ideia de Arendt, Gros (2018) acredita que a obediência só faz sentido quando o sujeito no exercício de governança consegue estabelecer uma estratégia que preza a liberdade. Destarte, como a liberdade é fundamental para a proposta de ação, é indispensável que a governança deva ser calcada na ação política. Na esteira do pensamento do autor, a desobediência torna-se a única saída para manifestação política e

---

<sup>3</sup>Nos estudos sobre sexualidade e gênero, os sujeitos não binários se encontram às margens da divisão uniforme entre homem e mulher, homossexual e heterossexual; a representação de identidade, gênero e desejo não apresentam definições precisas. Há uma vasta literatura sobre o tema, todavia, como não é objetivo deste texto, outros esclarecimentos podem ser reconhecidos em (REIS; PINHO, 2016).

para a concretização da liberdade no espaço público. Acreditar que a atitude da população de Bacurau foi violenta e, assim, está fora do esquadro da política defendido por Arendt, é desconsiderar a qualidade de organização em concerto em prol do senso comum e dos aspectos políticos. Por isso, no entendimento de Arendt, a política se faz em conjunto, *entre-homens*, na intenção de promover a liberdade e visibilidade no espaço público.

### Considerações finais

As produções culturais como o cinema, dentro das lógicas de produção, podem ser interpretadas como sintomas de recortes do tempo e do espaço sobre as formas de representação em determinadas sociedades. Mesmo *Bacurau* tendo sido idealizado e produzido anos antes da exibição em 2019, conforme apontou Mendonça Filho (2019), o filme trouxe aspectos culturais que se encontram em circulação nas práticas brasileiras como o descaso do poder público e a realidade árida de sujeitos e grupos que se encontram às margens da participação política e visibilidade.

Além de abordar os aspectos que se encontram marmorizados nas práticas de sociabilidade brasileira como a corrupção e as adversidades encontradas em comunidades afastadas dos grandes centros, *Bacurau* abordou outras reflexões sobre o sentido da vida quando pensada sob a ótica da possível destruição da própria existência humana. Como exemplo, também em 2019, na cidade do Rio de Janeiro, oito crianças foram mortas por engano por policiais; sendo que todas eram negras e moradoras de localidades periféricas. Em setembro daquele mesmo ano, policiais são suspeitos de comandar uma repressão na favela de Paraisópolis, zona sul da cidade de São Paulo. Após a intervenção policial, as pessoas que frequentavam o baile funk passaram por humilhações e agressões físicas, além disso, foram encurraladas e oito delas morreram pisoteadas e outras ficaram feridas. Após o massacre houve o impedimento, por parte dos policiais, do atendimento pelo Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) às vítimas do acontecimento. Impedir o atendimento às vítimas expressa de modo contundente a vida nua, a vida que pode ser descartada; expressa de forma significativa a punição pela ausência de disciplina dos corpos e mentes daqueles que infringiram o desejo soberano e, por isso, podem ser executadas sem qualquer possibilidade de responsabilidade.

Em produções cinematográficas, a expressão de *homo sacer* como a vida nua e ausência de aspectos políticos também se faz presente. Como um dos expoentes dessa qualidade de produção está o filme *Carandiru*, de Héctor Babenco, de 2003. A produção

dramatiza, a partir da leitura do médico Dráuzio Varela, que coordenou projeto anti-HIV/Aids no presídio, o massacre de 111 internos após rebelião em outubro de 1992. Aquelas vidas, sob os olhos dos coordenadores da repressão, não tinham valor político e poderiam ser executadas sem a ocorrência de ônus aos envolvidos na execução.

Bacurau foi uma produção sintomática e discursiva acerca do valor da vida na contemporaneidade da realidade brasileira. Conforme apresentado, os valores políticos, desenhados por Arendt, enquanto poder de participação no espaço público, e o sentido de vida nua do *homo sacer* enfrentando todas as adversidades possíveis, conforme apresentou Agamben, podem ser observados no filme. Em contrapartida, Bacurau também pode ser assistido e analisado sob o ponto de vista de Arendt na intenção de reconhecer que a política é a qualidade de caminhar em conjunto, a despeito das diferenças encontradas no espaço público, sendo que a violência pode ser contemplada, desde que esta também seja executada pelo viés político.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. **O estado de exceção: homo sacer**. II, I. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Trad. Reinaldo Guarany. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ARENDDT, Hannah. **A ação e a busca da felicidade**. Trad. Virginia Starling. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Trad. André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARSALINI, Glauco; CARVALHO, Ricardo Geraldo de. Entre o político e o sagrado: o homo sacer contemporâneo. **Revista Interações**, n.12, v. 21, p.10-28, Belo Horizonte, 2017.

CORREIA, Adriano. **Hannah Arendt e a modernidade: política, economia e a disputa por uma fronteira**. 1ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

DUARTE, André. Poder, violência e revolução no pensamento de Hannah Arendt. **Cadernos de Filosofia Alemã: crítica e modernidade**, v.21, n. 3, p. 13-27, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v21i3p13-27>.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

GROS, Frédéric. **Desobedecer**. São Paulo: Ubu, 2018.

MENDONÇA FILHO, Kleber. Não há como dialogar com Bolsonaro [Entrevista concedida a] Vinicius Mendes. **Le Diplomatique**, 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/nao-ha-como-dialogar-com-bolsonaro/>. Acesso em: 03 dez. 2019.

REIS, Neilton do; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7045/pdf>. Acesso em: 25 dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.17058/rea.v24i1.7045>.

RUIZ, Carlos M. M. Bartolomé. Banalização biopolítica de uma violência radical. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 1, n. 28, p. 51-70, 2016.

### filmografia

**BACURAU**. Direção: Kleber Mendonça Filho, Júlio Dornelles. Produção: Emilie Lesclaux, Saïd Ben Saïd e Michel Merkt. Intérpretes: Sonia Braga, Udo Braga, Bárbara Colen, Silvério Pereira e outros. Roteiro: Kleber Mendonça Filho, Júlio Dornelles. SBS Productions, Cinema Scópio e Globo Filmes, 2019, (133 min.), son., color., 35mm.

**CARANDIRU**. Direção: Héctor Babenco. Produção: Héctor Babenco. Intérpretes: Luiz Carlos Vasconcelos, Rodrigo Santoro, Gero Camilo, Airton Graça, Lázaro Ramos, Maria Luiza Mendonça e outros. HB Filmes e Globo Filmes, 2003, (120min.), son., color., 35mm.